

NOTA DOS EDITORES

É com satisfação que a Antropolítica, Revista Contemporânea de Antropologia, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, apresenta seu número 54.2, nesse segundo quadrimestre de 2022.

Nesta edição, incorporamos as respostas de colegas à chamada pública e aberta para organização de Dossiês Temáticos na nossa Revista. Essa iniciativa visa a ampliação e diversificação dos temas, instituições e estados envolvidos no processo de publicação na Revista, bem como do público leitor. A chamada teve um excelente retorno, com vinte e cinco propostas recebidas que foram consideradas pelo Comitê Editorial. As próximas chamadas já estão no processo editorial e/ou com chamadas abertas para submissão artigos. Fiquem atentos ao nosso site (<https://periodicos.uff.br/antropolitica/chamadas>)!

O Dossiê Temático que inaugura essa proposta tem como título **“A ditadura nunca terminou”: repensando marcações temporais acerca das transições democráticas**. Proposto e organizado pelos antropólogos Taniele Rui (Unicamp) e Fábio Mallart (UERJ), o dossiê é composto por nove artigos, além da apresentação assinada pelos organizadores, a seção temática reúne etnografias visando discutir e desafiar marcações temporais que buscam delimitar aquilo que convencionalmente tem se chamado de transição democrática. Os trabalhos, conforme a proposta da chamada pública, tomam essas demarcações como problema de pesquisa e analisam continuidades e rupturas entre *ditadura e democracia* em diferentes campos de pesquisa, em especial naqueles em que a violência institucional e a construção de inimigos internos se revelam como formas de governo de determinados setores da população. Trata-se de um instigante dossiê que nos leva a repensar não apenas o “passado ditatorial”, mas também o “presente democrático”.

Além desse debate, o presente número da Antropolítica traz oito artigos com temática livre, oriundos do fluxo contínuo da revista, e um artigo na seção “Trajetórias e Perspectivas”. Por fim, incluímos também uma resenha de um livro da área.

A seção de Artigos inicia com o trabalho **Expressões de reciprocidades em hortas urbanas familiares e comunitárias do sudoeste de Bogotá, Colômbia**, de coautoria de Michael Cruz Roa, Valdir Frigo Denardin e Mayra Taiza Sulzbach, todos da Universidade Federal do Paraná. O artigo descreve e analisa o fenômeno da agricultura urbana na periferia do sudoeste da cidade de Bogotá, na Colômbia, intensificado a partir da metade do século XX com o processo de migração de agricultores à cidade e com o conflito armado no país.

Apresenta dados sobre as hortas familiares e comunitárias, à luz de uma discussão sobre a teoria da reciprocidade, mostrando como são mantidos os laços sociais, a ajuda mútua, a transmissão de saberes, a repartição dos cultivos e a recuperação socioambiental de espaços urbanos.

O artigo seguinte, de autoria de Michelle Domingues (UFF, Santo Antônio de Pádua) e Priscila Tavares dos Santos (Centro Universitário Unifacvest), intitulado **A gestão da vulnerabilidade social entre moradores de uma ocupação na região central do Rio de Janeiro: entre morar e resistir**, propõe uma discussão sobre processos de produção de vulnerabilidade social e de direitos vinculados à luta pelo direito à moradia. Para tanto, o artigo aborda a etnografia realizada pelas autoras com um grupo de famílias trabalhadoras que, por iniciativa autônoma, ocuparam um prédio nas proximidades da Central do Brasil, região central do Rio de Janeiro. O trabalho ainda traz uma reflexão sobre os efeitos da pandemia da Covid-19 nas condições de vulnerabilidade dessas famílias e a consequente articulação de redes de assistência social e de solidariedade.

Em seguida, o artigo **Mobilidades marginais na “Era das Facções”: entre trabalho, família e crime**, é de coautoria de Fernando de Jesus Rodrigues (UFAL e LACC/LSE, Inglaterra) e de Adson Amorim, doutorando do PPGS/UUFSCar. O artigo apresenta como as mobilidades de jovens se entrelaçam a redes familiares, laborais e criminais, nas periferias urbanas de Alagoas. A análise dá destaque aos conflitos entre polícias e facções e como eles moldam repertórios de mobilidade, como evacuações e migrações. Assim, o artigo permite articular uma discussão sobre as redes estatais, mercantis e familiares que regulam os conflitos entre “sertões” e “fronteiras”.

O artigo que dá continuidade à nossa seção intitula-se **“Me conte a historinha”: Controvérsias em torno da produção de justiça** e é de autoria de Ísis de Jesus Garcia, da UniSociosc. A partir da pesquisa de campo realizada no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (JVDFM), em uma cidade do Estado de Santa Catarina, a autora descreve o processo de produção de “justiça” nos casos classificados na Lei Maria da Penha. A autora identifica uma controvérsia entre a busca pela verdade (“devir-verdade”) e a busca pela justiça (“devir-justiça”), que ora confrontam, ora tangenciam, nas formas de administrar esses conflitos.

A seguir, incluímos o artigo **Ação coletiva e produção de sujeitos na construção de arenas públicas da luta pela moradia**, de Daniela Ramos Petti, doutoranda do PPGAS/UFRJ. Em um campo de discussão que podemos articular com o artigo de Tavares e Domingues, Petti aborda um processo de construção de arenas públicas da luta por moradia no Rio de Janeiro a partir da trajetória de vida de uma moradora de uma favela carioca e da história de um

coletivo de luta pela moradia, o Conselho Popular, que reúne diversas comunidades ameaçadas de remoção, o Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Rio de Janeiro (NUTH/DP-RJ), a Pastoral de Favelas da Igreja Católica e outros apoiadores. A partir da descrição de situações e materiais diversos, o artigo mostra como os atores sociais em situação de ameaça de remoção acionam competências críticas na formulação da categoria de “injustiça” nos processos de luta pelo direito à moradia.

O artigo seguinte **Uma situação sem precedentes? temporalidades e políticas da “pior crise da saúde pública” no Rio de Janeiro** é de autoria de Lucas Freire, vinculado em estágio pós-doutoral ao CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. O trabalho analisa criticamente a decisão de decretar o “estado de emergência” na saúde pública do estado do Rio de Janeiro, no final de 2015. A partir de entrevistas e diversos materiais documentais, o autor discute o processo de definição hegemônica da crise e como a declaração de uma “crise na saúde pública” pode ser vista como uma operação política-administrativa que caracteriza um modo de governo histórico no Brasil.

O sétimo artigo da seção de temática livre é de autoria de Bruna Triana, da Universidade Federal da Bahia, e intitula-se **Desafios metodológicos para uma etnografia de arquivos: escavando arquivos pós-coloniais em Moçambique**. A partir da experiência de pesquisa em dois arquivos institucionais moçambicanos, a autora reflete sobre os desafios metodológicos para a realização de uma etnografia de arquivos, problematizando desafios, impasses, potencialidades e implicações de algumas táticas nesse campo de pesquisa. Propõe a ideia do arquivo como espaço vivo e dinâmico, de contestação e disputa, ao examinar as disposições contextuais e políticas que operam nesses espaços, tensionando os marcos epistemológicos hegemônicos que enquadram o arquivo como local de salvaguarda da história.

O último artigo da seção, **A vida nas paredes pobres: sentidos, usos e contradições da street art enquanto política urbano-cultural**, de José Luís Abalos Júnior, da Universidad de San Martín, Buenos Aires, Argentina, discute a política de descentralização urbano cultural em Lisboa, Portugal, a partir da etnografia de três experiências de realização do Festival Muro em bairros sociais, afastados da centralidade turística da cidade. Nesses territórios, o artigo busca perceber os efeitos que os projetos de transformação da paisagem tiveram na vida dos bairros e os possíveis impactos de grandes projetos de muralismo vinculados tanto à descentralização cultural, quanto ao desenvolvimento urbano.

Após os artigos livres, segue a seção “Trajetórias e Perspectivas”. A mesma tem como objetivo a publicação de artigos e ensaios que abordem reflexões sobre o fazer antropológico, a partir das experiências e trajetórias de antropólogos brasileiros e estrangeiros, bem como do

histórico de constituição e/ou consolidação de áreas ou campos de pesquisa no Brasil e em outros países.

Neste número, publicamos a tradução **Perspectivas antropológicas sobre o trabalho: conceitos, abordagens clássicas e transformações** de autoria de Eeva Kesküla, da School of Humanities, Tallinn University, Estônia. A tradução foi proposta à Revista e elaborada pela antropóloga Cristina Teixeira Marins, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O trabalho apresenta um balanço dos estudos sobre o trabalho, em especial, das abordagens antropológicas sobre o tema. Nessa trajetória, o artigo mostra como o trabalho é, ao mesmo tempo, produtor de sobrevivência, sistema de significados, moralidades e princípios organizadores da sociedade. Por sua vez, evidencia também como essa categoria e dimensão da vida social adquire diversas modalidades e sentidos em múltiplos contextos, desde sociedades pré-industriais a indústrias altamente tecnológicas.

Por fim, o número 54.2 da Antropolítica traz a resenha do livro *Red zones: Criminal law and the territorial governance of marginalized people*, dos autores Marie-Eve Sylvestre, Nicholas Blomley e Céline Bellot, publicado pela Cambridge University Press em 2019. A resenha, elaborada por Ana Paula da Silva, professora da UFF, tem o título **Zonas vermelhas e o sistema de liberdade condicional: Uma análise sobre a justiça criminal canadense**. O livro resenhado trata de uma abordagem interdisciplinar, por meio de pesquisa de campo, de arquivos jurídicos e entrevistas, sobre o sistema de justiça criminal do Canadá, em especial com um olhar crítico sobre os dispositivos legais pautados em estratégias de penas alternativas que visam à liberdade condicional.

Em relação à capa do número, à proposta e escolha dos organizadores do dossiê, publicamos a fotografia de autoria de um deles, o pesquisador Fábio Mallart. A imagem foi produzida em agosto de 2005, na região central de São Paulo, durante mais uma reintegração de posse contra a população sem-teto que ocupava um prédio de cinco andares. Como o autor explica, a ação violenta da Polícia Militar, expressa no spray de pimenta lançado no rosto de manifestantes que protestavam pacificamente, evidencia como a violência estatal é contínua em tempos supostamente democráticos, tema central do dossiê deste número.

Para finalizar, lembramos a nossos leitores que continuamos a receber submissões de interesse para a área das Ciências Sociais, em especial no campo da Antropologia, em regime de fluxo contínuo, através do site (<http://www.revistas.uff.br/index.php/antropolitica>), no qual podem ser encontradas as normas de publicação e outras informações. Mantemos o nosso e-mail (antropoliticauff@gmail.com) para eventual contato. Sugerimos também acompanhar nossas notícias também através do perfil do Facebook, Instagram (@antropoliticauff) e no Twitter (@RAntropolitica).

Boa leitura!